

Considerações finais

Após dois anos de pesquisa, nos parece ainda precoce a formulação de uma conclusão sobre a nossa questão. Será possível uma sociedade sem culpa? Esta pergunta abrange, na verdade, diferentes elementos que podem ser determinados de maneiras distintas, como, por exemplo, no que consiste e como se dá a concepção de uma sociedade, os mecanismos envolvidos nas relações intersubjetivas, a função reguladora da culpa e seu aspecto punitivo, assim como as transformações experimentadas pela subjetividade na contemporaneidade, e sua capacidade de lidar com o desconhecido.

Vimos em nosso primeiro capítulo como Freud postula o aspecto essencial e determinante da aquisição do sentimento de culpa pelo sujeito. A culpa é trabalhada tanto no mito de origem do primeiro agrupamento social, quanto no âmbito pessoal, individual, como elemento necessário de organização psíquica, que acompanha a possibilidade de nos identificarmos com o outro, de conter impulsos agressivos e lidar com o conflito pulsional.

Poderíamos supor que o sentimento de culpa ganha lugar privilegiado na teoria psicanalítica por corresponder a uma necessidade ao convívio humano, ou por ser uma questão que se fazia presente no *homem moderno*? Não podemos deixar de considerar que o estudo de Freud fundamenta-se nos psiquismos de sua época, e por mais que tivesse buscado garantir a universalidade do complexo de Édipo, o foco e a importância dados ao sentimento de culpa podem ganhar luz se contextualizado. Para Nietzsche ela também foi uma questão de grande valor, apesar de concebê-la de maneira diferente. Porém, tanto Nietzsche quanto Freud, compartilhando a mesma época, estavam preocupados em compreender a culpa: esta era uma questão que se fazia presente de forma a impelir ambos os pensadores a deterem-se sobre este assunto; uma questão sobre a qual valia a pena se debruçar.

Vemos como a culpa é trabalhada explicitamente nesta época também na literatura, *Crime e Castigo* de Dostoiévski é da mesma época. O romantismo burguês ainda compõe o cenário de proliferação da culpa, da tortura psíquica, da melancólica beleza de debater o desejo contra a razão.

Talvez a culpa tenha podido perseverar por ter ao seu redor todo um conjunto de valores que a sustentasse. E assim ela se torna um sentimento aparentemente incontestável, amplamente difundido e representante da consciência humana. Afinal, aliada ao seu papel jurídico, a culpa vira medida de sanidade, de humanidade: aquele que comete um crime sem sentir culpa é desumano, um monstro perverso. Reconhecer o “peso na consciência” é quase um alívio, um sinônimo de que temos algo em comum que nos limite.

Neste sentido não é tão difícil entender o argumento daqueles que vêm a realidade contemporânea como perigosa, perversa, narcísica. O imperativo do individualismo e do consumismo não nos permite perder tempo com culpa, e os novos dispositivos tecnológicos logo providenciam os meios para que melhor escapemos da responsabilidade com o outro. Se nos é possível fugir, mentir, passar por cima do outro sem nos sentirmos mal com nós mesmos, onde vamos parar? Ora, este discurso faz sentido, mas será mesmo que a paralisação e a angústia provocada pela culpa é o único meio de abriremos os olhos para a alteridade? Será que a desvalorização da culpa corresponde necessariamente a uma abolição do recalque? Não podemos encontrar meios de expressar o desejo sem que sejamos taxados de perversos?

Quando Deleuze e Guattari nos falam que o desejo assusta porque é revolucionário, estão valorizando seu aspecto transgressor e criativo, mas fazem questão de lembrar que o desejo não é a-social. Neste sentido, nos parece que o argumento de que a culpa desvalorizada consiste num perigo para a cultura, e que devemos encontrar meios para restituí-la de seu devido valor, consiste numa tentativa de retorno ao que já conhecemos, já lidamos, e já temos meios e recursos para nos orientar. Deleuze dizia que o problema não é o consumismo, mas saber o que consumir. Talvez pudéssemos pensar que o problema não é a ausência da culpa, mas a ausência de um esforço, de uma tentativa de aproveitar os novos arranjos que vêm sendo produzidos e encontrar saídas criativas para que abramos espaço para o novo sem fatalismo.

Espinosa chama atenção para a importância deste esforço, e sua proposta ética nos pareceu extremamente atual. Ao substituímos os valores morais transcendentais pelo esforço ético de conhecimento das causas dos afetos, e de seleção dos nossos encontros, nos deparamos com uma possibilidade de convívio que nos é permitida pelo mundo atual. Se Espinosa foi o primeiro e único judeu

excomungado, sofreu uma tentativa de assassinato na rua, e preferiu que sua obra fosse lançada apenas postumamente, entendemos que o mundo em sua época não compartilhava de seu pensamento, nem tinha valores e estruturas que coadunassem com sua proposta. Talvez o mundo globalizado contemporâneo possa oferecer mais recursos para que nos seja possível expandir nosso conhecimento tanto das causas do que nos afeta quanto de maiores possibilidades de encontros com variados corpos.

O resgate e proliferação da teoria winnicottiana na atualidade pode ser também um indício de sua pertinência ao contexto contemporâneo. Pensar a cultura não só a partir do dualismo e do conflito, mas incluindo o espaço potencial como meio de experimentação e criação nos dá uma outra dimensão de compreensão das constantes mudanças e reformulações que vivemos em nossos valores no acelerado ritmo da dinâmica social atual. A culpa se insere no pensamento de Winnicott, não no conflito entre o individual e coletivo, mas justamente num lugar intermediário, não definido, paradoxal, e portanto abre caminho para sua elaboração e para a possibilidade do *concern*.

No entanto, sabemos que em Winnicott a existência de um meio suficientemente bom é necessária para o desenvolvimento saudável do psiquismo e para a possibilidade de lidar com a culpa de maneira positiva. Poderíamos nos perguntar se as relações intersubjetivas contemporâneas se encontram de fato desprovidas da possibilidade de conferir coerência, segurança e confiança suficientes para que o ciclo benigno da culpa se instaure. De qualquer maneira, sua teoria valoriza as saídas criativas no lugar do determinismo psicológico, o que parece contribuir para pensarmos a contemporaneidade em suas transformações.

Se vimos que a culpa ocupou lugar privilegiado no pensamento moderno, o que encontramos na pós-modernidade é uma escassez de discussões sobre este tema específico. Será que as teorias sobre o assunto se esgotaram na modernidade? Ou este não é mais o sentimento que angustia os homens? A partir de todas as transformações culturais que vivemos, que novo sujeito se produziu? Quais são suas novas angústias e incertezas? A ausência do sentimento de culpa é tomada como o grande sintoma da atualidade, mas procuramos aqui sugerir que talvez o homem contemporâneo não esteja em perigo pelo que lhe falta, e sim que possamos avaliar quais são suas questões, em torno do que gira suas angústias, para que possamos caminhar não no retorno da culpa, mas no sentido de novas

saídas, novas elaborações teóricas e também práticas. Deveríamos ter culpa de não sentir culpa?

Tratar de um tema tão atual e ainda em construção, ou mesmo caracterizado pela constante transformação, faz com que se torne delicado construir conclusões definitivas acerca do tema que nos propusemos a discutir. E talvez nem mesmo seja esta a intenção. Não é possível afirmar categoricamente que a culpa não mais existe no psiquismo humano, nem que é ela presença determinante nas relações entre os homens. Mas é possível notar certas transformações, e que pouco tem se escrito sobre o assunto, a não ser lamentando sua ausência. Mais do que isso, talvez seja interessante perceber ainda que a questão subjacente a esta discussão possa ser a existência ou não de uma natureza humana; algo como uma estrutura imutável e atemporal que se sustente ou esteja sendo violentada, ou então que seja própria do humano a sua indefinição. Neste sentido, o sentimento de culpa pode existir camuflado por estas novas tecnologias e transformações culturais, ou ter realmente perdido sua força, o que implicaria na possibilidade de destruição do ser humano, ou, apenas, da destruição do que já conhecíamos, abrindo espaço para novas organizações, novas produções humanas, novos arranjos sociais. O que não podemos é nos abster de lidar com as transformações. Cada um poderá escolher a perspectiva que considere preferível frente às novas questões; a que procuramos dar primazia, entretanto, não foi a da nostalgia, mas a da curiosidade.